



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TRANSCRIÇÃO DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2013 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM CUMPRIMENTO À LEI FEDERAL N.º 8.689/93, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 8689/11, E LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2013, ÀS 09H39, NA SALA SYLVIA PASCHOAL – PLENARINHO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, À AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO MANGE, 66.

PRESIDÊNCIA: SR. VEREADOR THIAGO FERRARI

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Bom dia a todos.

São 09h39 da manhã, e declaro aberta a 10ª Audiência Pública da Câmara Municipal de Campinas, onde faremos a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Então temos Reinaldo Antônio de Oliveira, Diretor do Fundo Municipal de Saúde; e Fábio Forte de Andrade, Diretor de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas.

Também gostaria de anunciar a presença do Dr. Fernando, ex-Secretário de Saúde do nosso Município, e atual Assessor do Secretário de Saúde Dr. Cármino.

Então bom dia a vocês, e deixo vocês à vontade e à disposição para que vocês façam essa prestação de contas.

SR. FÁBIO FORTE DE ANDRADE: Bom dia a todos.

O meu nome é Fábio, eu sou atualmente Diretor-Financeiro da Prefeitura, e assumi temporariamente, interinamente a Diretoria do Fundo, no período de 1 a 30 de maio, não é?

Então na época, por um mês eu acumulei os dois cargos, e a gente montou essa prestação de contas.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Hoje quem é o atual Diretor é o Reinaldo, que está aqui ao meu lado, não é? Então ele vai, daqui para frente, assumir o Fundo Municipal de Saúde, um cargo que eu assumi durante oito anos, de 2003 a 2011, quando então deixei para ser Secretário de Finanças, por dois meses.

Essa prestação de contas, na verdade, é o que a saúde gastou no primeiro quadrimestre, a partir da Lei Complementar nº. 141, de janeiro de 2012, essa prestação de contas passou a quadrimestralmente, antigamente ela era trimestral.

Esses dados vão ser disponibilizados na internet, e depois serão apresentados no Conselho Municipal de Saúde, e aí o Conselho tem que aprovar, ou não, as contas da saúde. E depois o Tribunal de Contas do Estado, da União, vão analisar essas contas.

Então aqui é uma prévia de tudo o que a saúde gastou, são relatórios de execução orçamentária, e principalmente se a saúde de Campinas cumpriu, ou não, a Emenda Constitucional 29, que prevê gastos mínimos em saúde, em torno de 15%.

Podemos começar? Então nós estamos cumprindo aqui a legislação, não é? A Lei Federal 8.689/93, o art. 12; e o art. 31 da Lei Complementar 141/2012, essa lei que foi aprovada agora, que regulamentou a Emenda 29.

A gente tinha esperança de que essa lei aumentasse os gastos na saúde, mas, na verdade, ela simplesmente... Não houve aumento de gastos, de regulamentação, simplesmente ela orientou os Municípios, o Estado e a União a gastarem somente despesas na saúde, então...

E aí teve outros avanços como, por exemplo, todo o dinheiro do Fundo Municipal tem que transitar pelo Fundo Municipal de Saúde, e isso acontece hoje, em Campinas. À época em que eu era o Diretor, só o recurso do SUS transitava pelo Fundo; hoje, todo o recurso da saúde, próprio, e do SUS, transita.

Então nós fazemos, eu, como fui Diretor-Financeiro, e Secretário de Finanças, a gente transfere todo o recurso próprio para o Fundo, então o Fundo hoje tem uma responsabilidade muito grande, de administrar um orçamento de R\$ 1 bilhão, sem interferência da Secretária de Finanças e do gabinete do Prefeito.

Então a responsabilidade hoje, do Fundo, é muito maior, em termos de autonomia, de responsabilidade, e de prestação de contas, e isso é um grande avanço, porque antigamente o que é que nós tínhamos problemas? A Finanças não pagava os nossos fornecedores, então a saúde tinha uma crise muito grande de desabastecimento, por conta de não pagamento das despesas de saúde.

Hoje, a Prefeitura está pagando todas as contas em dia, tanto da saúde quanto do próprio municipal, e quitou os restos a pagar de outros governos, então hoje, nessa data, Campinas paga em dia todos os seus fornecedores, e isso gera uma gestão muito melhor para a saúde, para a educação, para todas as áreas, e evita que a gente tenha problemas de desassistência de medicamento e material.

Esse é o grande avanço, que essa Lei Complementar 141 obrigou todo o dinheiro da saúde para transitar dentro da saúde, e para isso precisa ter estrutura, o Fundo precisa ter gente, precisa ter sistema, e esse é o grande desafio do Reinaldo, começar a organizar o Fundo, para gerir R\$ 1 bilhão por ano.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Bom, o que a gente vai mostrar nessa prestação de contas é e a Prefeitura cumpriu a Emenda 29, quanto que foi o percentual, detalhar as despesas, e fazer uma evolução de despesa.

O que a Emenda Constitucional 29 fala, e o art. 7 da Lei Complementar 141 determina? Que 15% de todo o recurso da Prefeitura obrigatoriamente tem que estar na saúde, e tem que ser gasto com saúde exatamente, não em despesas que podem ser consideradas como saúde. E aí alguns Municípios, Prefeituras, Estados, e a União tentam maquiagem os orçamentos, gastando, por exemplo, com pavimentação de centros de saúde, que não é gasto em saúde; saneamento básico, que não é gasto em saúde, não é? Mas pode levar à saúde.

Então existem orçamentos definidos para cada área, a conta é simples, é pegar a despesa do Município, a gente está vendo na tela, tanto da administração direta, que é a Prefeitura, a Secretaria, e da administração indireta, que é o Mário Gatti; dividir pelas receitas e impostos constitucionais legais do Município.

Para a gente entender mais um pouco, eu estou passando o próximo *slide*, que são a base de cálculo da Emenda Constitucional 29, que são os impostos arrecadados, e as transferências.

Então a Prefeitura, ela consegue arrecadar o IPTU, o ISS, e ITBI, diretamente, são impostos municipais, eles entram no caixa da Prefeitura, esses três impostos aqui do meio...

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Tem mais pra frente o quanto corresponde?

SR. FÁBIO FORTE DE ANDRADE: Tem no próximo *slide*...

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Percentualmente? Tem? Tem mais para frente, tem!

SR. FÁBIO FORTE DE ANDRADE: E aí você tem o quanto entrou de IPTU, ISS e ITBI; IPVA e ICMS, são impostos estaduais, são recolhidos para o Estado, o Estado devolve uma parte para ao Município, assim como Imposto de Renda e IPI, que são arrecadados para o Governo Federal, que devolve uma parte para a Prefeitura.

Então o total do primeiro quadrimestre foi R\$ 953 milhões, 406 mil, 634 e 16, quais são esses impostos? Aqui, no *slide*, está meio cortado aqui na... No material, mas ali está aparecendo como são compostos os R\$ 953 milhões, então, no primeiro quadro, são impostos que a Prefeitura arrecada, R\$ 495 milhões, os principais são IPTU e ISSQN, Imposto sobre Serviços.

Das transferências que vêm da União, a gente tem o FPM, que é a aquela cota que... De Imposto de Renda, aquela cota que a União devolve, e o Imposto Territorial Rural.

Do Estado, nós temos uma cota de ICMS e IPVA, então, de todos eles, o maior é o ICMS, com R\$ 258 milhões; em segundo lugar, o IPTU; em terceiro, o ISSQN; e em quarto, o IPVA.

Então esses quatro impostos, e essas quatro transferências são os principais da arrecadação.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Sobre essa base, ou seja, 15% de tudo isso tem que ir exatamente para a saúde. Além disso, a saúde tem recursos federais, principalmente, além do recurso próprio que arrecada do IPTU, que vai para a saúde, a gente tem o complemento de recursos federais.

Esses recursos, como é que eles chegam na Prefeitura? Através de blocos, então bloco da atenção básica, bloco da média complexidade, bloco da vigilância, bloco da assistência farmacêutica, bloco da gestão do SUS, e bloco de investimentos, são seis blocos; antigamente eram caixinhas eram mais de cem caixinhas, e hoje o Ministério, para facilitar a gestão, ele agrupou em bloco.

Então, por exemplo, no bloco de atenção básica nós recebemos, nos quatro primeiros meses, cerca de R\$ 13 milhões, só que a Prefeitura, na atenção básica, gasta muito mais que isso, gasta quase a metade do orçamento na atenção básica. Então, na verdade, a atenção básica do Ministério é um complemento da Prefeitura.

Já na média e alta complexidade é o inverso, o Ministério manda mais recursos, você vê que mandou R\$ 58 milhões, e a Prefeitura faz um complemento; e na vigilância é a mesma coisa, e assim sucessivamente.

Então o total desses recursos que complementaram nosso orçamento, que vem do Federal, principalmente, foram R\$ 77 milhões. Isso representa mais ou menos um terço do nosso orçamento, então no nosso orçamento dois terços são recursos próprios da Prefeitura, e um terço vem basicamente do Governo Federal.

E aí os gastos, as despesas liquidadas com saúde, no primeiro quadrimestre, então a conta de pessoal, que é a primeira lá, representou mais que 50%, foram R\$ 156 milhões; material de consumo, R\$ 12 milhões; prestadores conveniados, depois nós vamos abrir essa contas, R\$ 100 milhões; outros serviços, despesas de exercício anteriores, esse é o chamado custeio, R\$ 292 milhões. Embaixo, obras e equipamentos, o que a gente chama de investimento, só R\$ 88 mil de equipamentos.

Então, esse histórico de baixo investimento não acontece só na saúde, acontece em toda a Prefeitura; por uma série de razões, nós não estamos conseguindo investir, não é?

Primeiro porque essa mudança de Prefeito, a cidade ficou parada durante muito tempo, as obras tiveram problemas, problemas de documentação, apesar de ter o recurso, às vezes, na conta, do Ministério, do PAC, a Prefeitura não conseguiu projetos, não conseguiu regulamentação de terreno, teve que rever uma série de projetos... Por exemplo, nos anos anteriores a Prefeitura não conseguia pagar as empreiteiras, as empreiteiras pararam as obras, e só queriam retomá-las à medida que tivesse reajuste, então toda essa parada de investimento ainda está sendo refletida no governo atual.

A gente espera que a partir do segundo semestre as obras sejam retomadas, principalmente aquelas que têm dinheiro em conta. É um absurdo a Prefeitura ter dinheiro em conta e não conseguir poder executar, e pior, ter que devolver dinheiro, e na saúde não é diferente.

Então, o que a gente vê é o retrato aqui dos primeiros quatro meses na saúde, e esta é acontecendo na Prefeitura, 0,03% de investimentos, isso é muito pouco quando você tem, no orçamento, previstos pelo menos 6% de investimento.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Então os investimentos estão parados, em detrimento... Essas questões que eu já falei.

Total da despesa, Mário Gatti, R\$ 6 milhões, 932, só que, no Mário Gatti, parte de pessoal está na primeira conta ali, então o Mário Gatti, além das transferências que foram gastas, parte de pessoal do Mário Gatti está dentro da conta da Prefeitura. Então parece... Confunde um pouco...

Então o total gasto, R\$ 299 milhões, que representa, nesse *slide*, metade, mais da metade com pessoal, então a conta da saúde é uma conta que gasta com pessoas.

Nos anos anteriores, esse percentual chegou a 49%, 48%. Por que tem aumentado a conta do pessoal? Porque o Cândido Ferreira deixou de ser um prestador, não é? No convênio do PSF, e aí o concurso público, quando você contrata mais por concurso público, aquela conta de pessoal começa a aumentar.

Então a tendência é que o gasto de pessoal seja maior em relação aos prestadores, por quê? Por conta do Cândido Ferreira ter saído, e a Prefeitura estar contratando através de concurso público.

Aí a segunda conta, como eu falei, são os prestadores, com quase 34%; depois, material de consumo e serviços, então obras e material permanente é aquela tirinha bem lá em cima 0,03%, quase nada de investimentos.

Aqui nós temos a despesa por fonte, como eu falei, a primeira coluna ali, R\$ 207 milhões são recursos próprios do Município. A segunda coluna, recurso federal, e a terceira coluna são outras fontes. Quais são essas outras fontes? Taxas de vigilância, multas, é uma conta que a gente... Não é nem federal, e nem diretamente arrecadada pelos impostos, é uma conta complementar.

Então aqui esse quadro mostra que basicamente a Prefeitura continua gastando dois terços do orçamento, com recursos exclusivamente do Tesouro, e um terço com recursos basicamente federais.

Aqui os prestadores, então o gasto com os prestadores, o maior deles aqui é o... Era o Cândido Ferreira, agora não é mais, o Cândido Ferreira você tem ali, no meio, agentes comunitários de saúde, foi um convênio que terminou no começo do ano, não é? E a gente teve que pagar as rescisões.

O convênio da mental, embaixo, continua, e tem recurso federal e recurso municipal, e o Cândido Ferreira não é mais o principal prestador da Prefeitura, o principal prestador, se a gente olhar, é a SPDM, na penúltima linha, que faz a gestão do Hospital Ouro Verde, então foram R\$ 31 milhões nos primeiros quatro meses; e em segundo lugar a PUC, com o hospital da PUC, com R\$ 28 milhões, que são dos dois principais prestadores, e o Cândido Ferreira, mental, passou a ser o terceiro.

Então esses são os principais prestadores, e você pode observar aqui, R\$ 85 milhões, lá embaixo, são recursos federais; como eu falei, o Governo Federal prioriza recursos para média e alta complexidade, isso é um contrassenso, porque a gente é a porta de entrada, é a atenção básica, mas o Governo Federal manda dinheiro para a média e para alta.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Quem tem que bancar a atenção básica é o Município, e aí a gente, além de bancar a atenção básica, a gente complementa os prestadores, porque todo o dinheiro que vem do Ministério é insuficiente, então, dos R\$ 111 milhões que foram gastos, a Prefeitura teve que colocar R\$ 26 milhões em complemento ao dinheiro que vem do SUS, para os prestadores.

Aids também, as ONGs Aids a gente tem o convênio das casas de próprio, Grupo Vida e Morada Amor e Luz, eram mais instituições, agora são apenas duas do Programa Municipal de DST/Aids. Também o recurso federal é maior, mas nós fazemos um complemento de R\$ 112 mil.

No total, R\$ 111 milhões pagos aos prestadores.

Bom, como é que é feita essa conta? Os R\$ 953 milhões, que eu mostrei, que são federais, que vêm para o Município, vêm pelo federal, e vêm pelo estadual, é a base de cálculo.

Os R\$ 207 milhões são só os recursos próprios, então a Emenda 29 quer saber o que você gastou do próprio, não o que vem do SUS, então essa conta deu 21,72% de percentual de aplicação na saúde, isso no primeiro quadrimestre.

Aqui eu estou mostrando um gráfico dos anos fechados, em 2012 nós gastamos de recursos próprios, 27% do orçamento da Prefeitura foi para a saúde, quando o mínimo, na coluna azul, é 15%.

Isso tudo está acontecendo com a maioria dos Municípios, porque quem está pagando a conta da saúde é o Município; o Governo Federal, ele tem um limite, e a gente espera que cada vez aumente mais, mas não conseguimos que esses recursos aumentassem. Então os Municípios do Brasil, a maioria está gastando mais de 20%.

Esses 21%, comparados, na penúltima linha, e na penúltima linha com o que gastou em 2012, foi maior; normalmente, no primeiro quadrimestre o gasto é menor, por conta de estar no começo do exercício, ainda as obras não foram retomadas, não tem o gasto com o 13º... Mas no ano passado a gente gastou, no primeiro quadrimestre, 20%, e terminou com 27%.

Sempre, quando se gasta mais no primeiro quadrimestre, a tendência é gastar mais nos últimos, então, pela lógica nesse ano nós vamos ter um gasto maior que 27%, isso a gente vai demonstrar aqui nas próximas audiências, mas a tendência é que a saúde, com a contratação do Cândido Ferreira, com os gastos que está tendo, vai chegar acima de 27%, quer dizer, quase um terço do orçamento próprio da Prefeitura está indo para a saúde.

E a evolução dos orçamentos. Aqui é o orçamento geral, recursos próprios, recursos SUS, todos os recursos.

Então a gente teve uma evolução acima da inflação, o último orçamento que a gente começou foi quase R\$ 1 bilhão, em 2013, R\$ 978 milhões; só que no ano de 2012 a gente executou só R\$ 826 milhões, a gente tem uma dificuldade de conseguir executar o orçamento.

A gente espera que esse ano, pagando em dia os fornecedores, pagando em dia todas as nossas contas, a gente consiga executar o orçamento que foi

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

aprovado, porque muitas vezes a Prefeitura, principalmente na conta de investimentos, não consegue tocar as obras.

Mas os orçamentos da saúde, em Campinas, têm aumentado acima da inflação, e de onde que vem esse dinheiro? Como eu falei, dois terços do próprio, e um terço do federal.

O estadual não mandou recursos nesses primeiros quatro meses, houve um atraso de recursos. O que a gente recebe de dinheiro do Estado no nosso orçamento?

Eu não estou falando aqui no orçamento da Unicamp, que não entra na nossa conta, não estou falando das atividades do Estado dentro do Município, eu estou falando do recurso que o Estado manda para a Prefeitura, para a saúde, que é o Dose Certa, recursos para a glicemia, que é muito pouco em relação ao montante geral.

Foi quase nada de dinheiro nos primeiros quatro meses, e isso tem sido o histórico da Prefeitura, se a gente olhar as apresentações, não é? Todas essas apresentações, para a gente poder comparar, estão no *site* da Secretaria de Saúde, tem uma linha, Fundo Municipal, você tem o histórico de todas elas, e a gente manteve esse padrão para justamente as pessoas poderem comparar o que se gasta na saúde.

Como eu falei, esses são os *sites*, quem quiser acompanhar todos os recursos que o Ministério manda para todos os Municípios, tem o *site* do Fundo Municipal de Saúde, que é aquele lá do meio, www.fundonacional.saude.gov.br.

Tem o *site* da Prefeitura, que todas essas prestações estão lá, tem o Ciops, em que se compara o quanto cada Município gastou em saúde, aqueles que cumpriram a emenda, e aqueles que não cumpriram.

E basicamente é isso, a gente está à disposição para as dúvidas, e espero que vocês tenham acesso às demais prestações no *site* da Prefeitura.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Obrigado, Fábio.

Eu gostaria de abrir a palavra para o Reinaldo. Só retificando aqui, o Reinaldo é o Diretor do Fundo Municipal de Saúde.

SR. REINALDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA: Bom dia a todos.

Eu estou como Secretário há dezessete dias, não é? Diretor do Fundo a dezessete dias, então o Fábio, pela experiência dele, e até por ter estado por oito anos à frente, e ter estado também, em um mês, nas duas... Nas duas Diretorias, ele fez essa apresentação.

Realmente a gente encontra uma situação, pela condição atual da gestão plena dos recursos da saúde, que nós verificamos aí que é algo em torno de R\$ 1 bilhão/ano, valores muito relevantes, de ter uma estrutura mais definida para o Fundo Social, para o Departamento do Fundo, para fazer as gestões eficientes nos gastos, nos convênios, enfim.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Encontramos então, como o Fábio disse, numa situação agora de nos enquadrarmos a essa nova situação, que foi colocada a partir de janeiro desse ano aqui, em função da lei.

Portanto, nas próximas apresentações com certeza estaremos fazendo como o Fábio disse, o paralelo do que era com o que está sendo aplicado.

Então, senhores, é isso, estamos à disposição aqui para qualquer solicitação.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Gostaria de anunciar a presença da Vereadora Neusa do São João.

E abrir o microfone aqui para os presentes... Ninguém com perguntas? Então eu vou fazer algumas perguntas.

Eu sei que é mais na questão de gestão, que seria mais para o Secretário, mas como vocês estão no operacional também, e o Reinaldo que está se situando, mas, pelo que foi apresentado, duas coisas me chamaram a atenção, primeiro, o que sempre chama a atenção, todas as vezes que são apresentadas, é a pouca participação do Estado, contribuindo com... Com a receita.

Gostaria de saber se vocês teriam condição de nos fornecer, se há possibilidade de nós pleitearmos uma maior participação do Estado, com recursos, para contribuir com o orçamento da saúde do Município.

Uma outra pergunta é que, como você mesmo frisou, Fábio, a falta de investimentos, e a falta de investimentos, vendo que o total do montante, gastos com pessoal.

Então é uma... é uma equação que vocês têm que trabalhar, e nessa equação há possibilidade de fazer essa adequação de investimentos, de trabalhar e incentivar o pessoal, ou está muito engessado isso dentro do orçamento?

SR. FÁBIO FORTE DE ANDRADE: Bom, primeiro que essa questão do Estado mandar mais recursos é uma questão histórica, o próprio Conselho tem feito algumas demandas frente ao Estado.

Mas o Estado, ele tem uma demanda que seria igual para todos os Municípios, é que há um piso para os Municípios, como o Governo Federal tem com base populacional, quer dizer, hoje eu acho que são R\$ 17,00 ou R\$ 18,00 por habitante/ano; o Estado, para equilibrar um pouco, mandar um piso mínimo.

Como é que o Estado opera hoje os recursos da saúde? Através de convênios, então ele amarra através de termos aditivos, então isso é muito complicado, porque alguns Municípios conseguem, e outros, não.

Então o ideal seria que o Estado operasse um fundo estadual, assim como tem o Fundo Federal, como a gente tem o Fundo Municipal, e o Fundo Nacional, tivesse também o fundo estadual funcionando, que repassasse recursos regularmente, e não que a gente tivesse que toda hora pleitear emendas parlamentares, pleitear algumas decisões.

Então isso é uma questão política, é uma briga política, que acho que os Vereadores poderiam entrar nessa briga com os Deputados, para que o Estado criasse um fundo fixo para os Municípios, isso ajudaria bastante.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

O que o Estado fala? Eu já tenho a Unicamp dentro do Município, já tenho a Farmácia de alto Custo... Mas tudo bem, mas a gente quer um recurso para que o nosso orçamento a gente possa executar, e que esse recurso seja regular.

Esse recurso da glicemia e do Dose Certa é de quatro em quatro meses, e você vê que até abril não tinha chegado recurso... Como é que a gente pode contar com um fluxo de recursos, se não tem uma regularidade, não é?

Então eu acho que é uma briga não só da Prefeitura, mas também da gente pleitear, pelo menos, o mínimo necessário para todos os Municípios, não só para Campinas.

Bom, a falta de investimentos é algo histórico na Prefeitura, primeiro, você tem que ter estrutura nas Secretarias, na Prefeitura, para poder gastar, tem que ter gente que gasta em projetos, tem que ter engenheiro, arquiteto, tem que ter gente que acompanhe as obras.

E a gente vê que a Prefeitura, pela estrutura que tem, e pelo montante de recursos, não ampliou essas áreas; na própria Secretaria a gente precisa ter uma estrutura para acompanhar, quer dizer, é um verdadeiro canteiro de obras, são várias unidades básicas, prontos-socorros, reformas, não é? Está aqui o Diretor Administrativo Marcos, que ele tem essa função, de gerenciar todas essas obras.

Na verdade, a Secretaria acaba sendo uma empresa de construção, porque... E não tem essa estrutura. Então, se você faz um projeto malfeito, você vai ter problemas lá na frente, é o caso do Metropolitano, o dinheiro está na conta da Prefeitura acho que vai fazer seis anos já, estão lá Caixa R\$ 6 milhões, reservados, e até hoje a gente não conseguiu fazer o processo de licitação, deu problema na licitação porque o projeto estava malfeito, e aí a obra não andou, mudou o governo, a gente continua com o dinheiro parado, e hoje já é insuficiente esse dinheiro, porque a inflação já comeu parte desse dinheiro. Então, às vezes...

Se a Prefeitura não tiver uma estrutura de engenharia, descentralizada, com responsabilidade, para as principais áreas, que é saúde, educação, infraestrutura, não vai conseguir gastar.

Não tem milagre, se a gente não conseguir trazer gente para nos ajudar, através de um concurso, para ter uma... Uma estrutura mínima no projeto, ou seja, se você não tem essa estrutura, você acaba contratando, e às vezes contratar uma empresa terceirizada você tem que estar fiscalizando a empresa, se o projeto vai ser bem feito.

Então não adianta mais... Eu vou falar uma coisa que as pessoas não vão gostar, pedir mais dinheiro, se a gente não consegue gastar o que tem... Que o que tem já é o suficiente. Para ter uma ideia, hoje, na conta de convênios da Prefeitura, que eu administro como Diretor Financeiro, existem R\$ 150 milhões, prontos para serem gastos, e isso não é de hoje, isso há uns dois anos já, que esses R\$ 150 milhões estão lá, dinheiro federal, dinheiro estadual, dinheiro de PAC, dinheiro de várias fontes federais, que a Prefeitura não consegue gastar.

Então não ainda ter só recursos, se a gente não tiver condições de ter gestão, então isso é... Acho que tem que ter um choque de gestão, a gente acaba devolvendo dinheiro, e não adianta pedir mais dinheiro, se a gente não tem

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

condições de gastar o que tem, de uma forma clara, transparente, e que consiga aumentar esses investimentos.

Não só obras, mas equipamentos também, que é muito difícil a gente conseguir comprar equipamento. Se você vai fazer uma licitação, por exemplo, para um laptop, você tem que fazer para a Prefeitura inteira, não adianta só... O Tribunal não deixa comprar separadamente, você tem que ter uma licitação geral, e aí tem que ver todas as demandas, de todas as áreas, aí você tem que montar um processo muito grande, que às vezes demora.

As licitações na Prefeitura têm demorado. Por exemplo, medicamentos, está aí o pessoal administrativo que não vai me deixar mentir, às vezes, para comprar medicamento demora um ano para fazer a licitação...

Então todo orçamento que você tem pronto, reservado, você acaba perdendo, você tem que jogar para o próximo ano... Então a gente sofre ainda uma morosidade administrativa, e que tem que... Um problema que tem que ser um problema resolvido.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Até para minha surpresa, eu... Eu, vendo o orçamento, eu achei que ficava um pouco engessado o investimento, mas, pela sua resposta, o investimento é em decorrência da gestão.

Porque, num outro debate, falaram que não tinha investimento, a não ser que viesse do Governo Federal, Estadual, ou de emenda parlamentar.

Mas aí é uma outra informação que é importante, para que nós possamos... É... Batalhar para isso, então tem...

A Vereadora Neusa do São João quer fazer uma pergunta.

SRA. VEREADORA NEUSA ELISABETE CONSCETTA (NEUSA DO SÃO JOÃO) (PSD): Ah, uma pergunta, que talvez não... Saia um pouco fora, mas se tem algo já previsto para a região do Campo Grande, porque... Tipo o Ouro Verde, ela já é uma região como o Ouro Verde, a quantidade de habitantes que lá está, se tem previsão para que construa um hospital lá. Existe algum projeto para esse hospital, alguma coisa maior que pode atender população lá?

SR. FÁBIO FORTE DE ANDRADE: Olha, eu não sei responder, mas eu acho que não há previsão de construção de hospital, porque já existe um pronto-socorro lá, o Pronto-Socorro do Campo Grande.

Eu não sei se alguém possa dar essa resposta, mas um dos problemas do investimento também não só construir, é garantir recursos para custeio e pessoal também.

Como a gente está no limite dos concursos, não estamos conseguindo repor nem o Cândido Ferreira no tempo necessário, você imagina construir um hospital e ter recursos humanos e recursos de custeio para isso... Eu não sei se tem... Se alguém pode... Acho que não... Acho que o Marcos quer falar alguma coisa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Marcos, só peço que você se identifique, e fale no microfone, porque está sendo gravado tudo.

SR. MARCOS FERREIRA: Bom dia a todos.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal nº 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

O meu nome é Marcos Ferreira, eu sou Diretor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.

O que eu tenho a dizer é o seguinte, para o Campo Grande, o que nós temos é uma melhoria que nós vamos fazer no hospital que já existe lá.

Nós temos essa dificuldade de custeio para novas unidades hospitalares, e para aquela região o que está planejado para ser realizado é uma melhoria no que já existe, ampliando o espaço físico, melhorando, e deixando ali condições mais adequadas para atender melhor a demanda que tem na região do Campo Grande, então é isso em relação àquela região.

Agora, é importante destacar também, que o Governo do Estado, ele está... Para os próximos dias, ele vai estar... Ele criou o PABinho para o Município de Campinas, ou seja, vai demandar para o nosso Município uma verba de aproximadamente R\$ 278 mil/mês, de custeio pra saúde, então é o primeiro passo de parceria conferência atual governo com o Governo do Estado, para que a gente tenha melhores condições de dar assistência à saúde para a cidade, entoa que fique o registro.

E se não houve essa relação do Município com o Estado, para melhor atender a assistência à saúde no nosso Município, o atual governo já está trabalhando para isso, e a prova disso é esse recurso de custeio, que é mais importante, como o Fábio Forte colocou; você construir, gastar R\$ 100 milhões para construir um hospital, você vai gastar R\$ 100 milhões/ano para mantê-lo...

Então é melhor nós melhorarmos o que temos, ampliar, e ter assim cada vez mais vínculos, não é? Com a esfera estadual e federal, para que tenhamos o custeio para dar qualidade de serviços para a cidade de Campinas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Obrigado.

Acho que não, havendo mais perguntas, eu agradeço--

SR. REINALDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA: Deixa só eu...

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Fique à vontade, Reinaldo.

SR. REINALDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA: Thiago, eu só queria fazer uma observação no que diz respeito aos recursos humanos, que é aquele quadro que a gente apresentou, onde que tem 53%, não é? Dos recursos.

É claro que, na saúde, recursos humanos é no que vai sempre ter que aumentar, você tem que ter mais médicos, você tem que ter mais gente no PAs, atendendo.

E só salientando que, nesse ponto, a Secretária vem trabalhando muito, no sentido de buscar profissionais para a linha de frente, ter mais pessoas lá, na linha de frente, para atender.

E o investimento bate sempre na questão do custeio, só salientar esse aspecto, quanto mais investimento nós tivermos em construção, tem que se trabalhar com recursos para poder trazer para o custeio, que é o que o Marcos nos disse, no primeiro convênio aí, que possivelmente nós vamos conseguir que o Estado nos aporte recursos também para o custeio.

Transcrição da 10ª Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente ao 1º quadrimestre de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento à Lei Federal n.º 8.689/93, com redação dada pela Lei 8689/11, e Lei Complementar nº 141/2012, realizada em 21 de junho de 2013, às 09h39, na Sala Sylvia Paschoal – Plenarinho, na Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Então só essa observação que eu queria fazer, no que tange a recursos humanos, para o atendimento da saúde.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI (PTB): Eu queria até agradecer a disponibilidade dos integrantes da Secretaria, porque até a gente saiu um pouco do foco, que é a apreciação de contas.

Quando a gente discute saúde, a ansiedade, os anseios são grandes, mas nós entendemos aqui que isso aqui é uma... Uma reunião formal de apreciação de contas, e mesmo assim a gente agradece aí os esclarecimentos de vocês. Agradecemos também a clareza aqui na prestação de contas.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

- Encerrada às 10 horas e 14 minutos.

Legenda

(F) palavra escrita através da fonética, podendo ter a grafia incorreta
-- interrupção da fala